



## EDITORIAL

É com reverência aos valores ancestrais que, na esteira do 25 de Julho — Dia da Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha e Dia Nacional de Tereza de Benguela —, compartilho a honra de assinar este editorial da Revista em Favor da Igualdade Racial da UFAC. Falo como mulher negra, educadora, pesquisadora e como a primeira vereadora negra eleita em uma câmara municipal que, por quase 150 anos, silenciou vozes como a minha. Sei que ocupar espaços é também reescrever narrativas e resgatar memórias negadas. Esta revista é parte desse gesto coletivo: um território de saberes vivos, epistemologias enegrecidas e compromisso com a justiça racial. Que ela siga sendo travessia e afirmação — onde nossas histórias sejam contadas por nós, com dignidade e beleza.

Esta edição (v.8, n.4) da Revista em Favor da Igualdade Racial se inscreve como um manifesto coletivo de saberes insurgentes. Assim, a literatura negra se faz presente e potente em “Negritude e posição-sujeito: uma análise discursiva da obra Solitária, de Eliana Alves Cruz”, ao investigar como as personagens femininas da narrativa constroem e performam suas negritudes. O artigo revela o entrelaçamento entre linguagem, subjetividade e resistência, dando visibilidade às nuances da condição negra feminina na literatura contemporânea.

O artigo a “Cultura afro-brasileira e letramento racial: promovendo a diversidade nas escolas através da educação” retorna ao campo da prática pedagógica, apostando na cultura afro-brasileira como eixo articulador de processos de letramento racial nas escolas. O artigo nos lembra que promover diversidade não é apenas celebrar diferenças, mas reconhecer desigualdades e construir estratégias pedagógicas que enfrentem o racismo em suas múltiplas expressões.

As ações afirmativas são objeto de análise no artigo “Ações afirmativas na pós-graduação em Psicologia da Universidade de São Paulo”, que se debruça sobre editais e documentos institucionais recentes para investigar a implementação dessas políticas na USP. A pesquisa oferece um panorama sobre os avanços e desafios enfrentados na democratização do acesso aos programas de pós-graduação.

No campo das experiências históricas, o texto “Guerra civil na dinâmica socioespacial da vila de Panda Mudjekeni em Moçambique (1983–1992)” resgata os impactos do conflito armado nesse território moçambicano, trazendo à tona os deslocamentos forçados, as mortes e os danos



materiais causados pela guerra. A análise se ancora na geografia da resistência e nos modos como as populações afetadas reorganizaram a vida em meio à violência.

O artigo “Refletindo a formação de professores para a educação étnico-racial a partir de experiências em escolas públicas estaduais do interior paulista” apresenta ações concretas de formação continuada de docentes em duas escolas estaduais de São Paulo. O texto detalha metodologias, recursos e percepções construídas nas práticas educativas, propondo uma educação étnico-racial que seja antirracista, afrocentrada e enraizada nas realidades escolares.

Nessa mesma direção, o artigo “Apontamentos acerca da atuação político-pedagógica do movimento negro para a constituição da educação antirracista”, que destaca a relevância do movimento negro brasileiro como agente político-pedagógico na ressignificação dos saberes e, conseqüentemente, na construção de uma educação antirracista, ao reafirmar a centralidade das lutas negras na formulação de políticas e práticas educacional.

Em “O não cumprimento do PNE 2014–2024 e os seus impactos na população negra”, temos uma análise crítica e urgente sobre o fracasso na execução das metas do Plano Nacional de Educação e os efeitos concretos dessa omissão sobre a população negra. O artigo denuncia a negligência estatal e convoca uma reavaliação profunda das políticas públicas educacionais com foco na equidade racial.

A presença e protagonismo dos povos indígenas também se fazem ouvir com força nesta edição. O artigo “Ações afirmativas para povos indígenas na Amazônia Legal: um balanço sobre as teses e dissertações produzidas pelas pós-graduações” analisa a produção acadêmica de estudantes indígenas e evidencia como essas presenças provocam deslocamentos epistemológicos importantes nas universidades, subvertendo a normatividade acadêmica e abrindo caminho para outras formas de fazer ciência.

Já o artigo “O direito antidiscriminatório na educação básica: uma proposta para além do ‘juridiquês’” propõe com ousadia a inserção do direito antidiscriminatório como componente obrigatório na educação básica, especialmente nos cursos de educação profissional e tecnológica. A proposta amplia o horizonte do direito como instrumento de cidadania e justiça, acessível a todas e todos.

Em “A educação das relações étnico-raciais no ensino superior: debate sobre a efetivação e implementação da lei 10.639/2003” os autores objetivam investigar sobre o processo de implantação de componentes curriculares voltados para o processo de ensino das relações étnico-raciais que promovam uma educação antirracista, com base nas diretrizes curriculares revisadas



após a promulgação da Lei nº 10.639 de 2003, documentadas nos Projetos Pedagógicos de Cursos (PPC) de graduação em uma universidade pública.

Atravessando o campo da filosofia, da psicologia e da história, o artigo “O ser negro em Pele negra, máscaras brancas, de Frantz Fanon” realiza um exercício historiográfico e analítico profundo da obra do pensador martinicano. A análise reforça a atualidade de Fanon e sua relevância na leitura crítica dos efeitos psíquicos e sociais do colonialismo e do racismo.

“Colorismo e reconhecimento: a identidade étnico-racial no contexto escolar” traz uma reflexão necessária sobre o colorismo como forma de discriminação baseada na tonalidade da pele. Com sensibilidade e rigor, o texto expõe os efeitos do racismo estrutural nas dinâmicas escolares e tensiona a necessidade de práticas educativas que reconheçam e respeitem a diversidade intra-racial.

O artigo “O samba-enredo e a roda de samba como ferramentas pedagógicas numa instituição especializada em deficiência visual”, que nos convida a refletir sobre a potência do samba como linguagem educativa, afetiva e inclusiva. A partir da experiência de dois professores-pesquisadores, a “roda de samba pedagógica” é narrada como uma metodologia que articula cultura popular, acessibilidade e emancipação.

Em “Drogas, Direito Penal e Direitos Humanos” os autores nos provocam a repensar a forma como a sociedade, o Estado e o sistema penal têm lidado com o tema das drogas ilícitas. Longe de um discurso simplista ou moralizante, o texto analisa os usos históricos e políticos da criminalização, revelando como essa lógica tem produzido verdadeiras estratégias de controle e exclusão social, especialmente sobre corpos negros, pobres e periféricos.

A temática do direito se aprofunda no texto “Racismo, sexismo e eugenia: uma análise dos reflexos eugênicos no direito penal brasileiro (1888-1930)”, que traz uma análise contundente de como as teorias eugênicas moldaram a constituição do direito penal no pós-abolição, reafirmando práticas de controle e silenciamento das populações negras e periféricas.

Encerramos a apresentação desta edição com o artigo “A universalização do racismo: como os livros didáticos reproduzem discursos e imagens preconceituosas” traz uma importante reflexão sobre o papel do livro didático na perpetuação de estereótipos e exclusões raciais no ambiente escolar. Ao analisar imagens e discursos presentes nesses materiais, o texto evidencia como o racismo se estrutura cotidianamente na educação formal, muitas vezes sob a aparência de neutralidade.

Na sessão de resenhas, seguimos na mesma direção crítica, “Subalternidade, opressão e a América Latina” recupera a contribuição da pensadora Cynthia Greive Veiga para uma discussão



atualizada sobre as estruturas da subalternidade em nosso continente. O artigo nos ajuda a compreender como as formas de opressão se entrelaçam em projetos coloniais que ainda organizam as relações de poder na América Latina, inclusive dentro das instituições educativas.

Encerramos a apresentação desta edição com o artigo “O samba-enredo e a roda de samba como ferramentas pedagógicas numa instituição especializada em deficiência visual”, que nos convida a refletir sobre a potência do samba como linguagem educativa, afetiva e inclusiva. A partir da experiência de dois professores-pesquisadores, a “roda de samba pedagógica” é narrada como uma metodologia que articula cultura popular, acessibilidade e emancipação.

É também nesse compasso que encerramos esta edição: com o reconhecimento de que a luta antirracista se faz no rigor da crítica, mas também na beleza da criação. Que esta Revista em Favor da Igualdade Racial siga sendo roda — onde saberes se encontram, vozes ecoam e a educação se dança. Porque resistir, para nós, é também celebrar o que nunca deixamos de ser.

Marlina Oliveira Schiessl

Profa. Dra. em Educação  
Universidade Estadual do Paraná (Unespar)